

'Política econômica não pode nem deve mudar'

Palocci espera que esta seja a sua 'declaração definitiva' sobre o tema

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – Em seu primeiro debate público depois do surgimento do caso Waldomiro e da posterior saraivada de ataques à política econômica, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi categórico: “A política econômica não vai mudar, não pode mudar, não deve mudar. Temos de dar uma declaração definitiva a esse respeito. Dizer que somos um país responsável no longo prazo, que não vai queimar etapas no primeiro sobressalto, não vai mudar o caminho na primeira inquietação”.

Em seis horas de debates na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Palocci foi poupado pelos senadores, que não tocaram no nome do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz ou do consultor Rogério Buratti. Palocci foi prestigiado com uma visita do presi-

dente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), e do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), que foram juntos à comissão, numa inédita demonstração de apoio.

O clima cordial levou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), uma das mais ativas vozes da oposição, a explicar por que tinha sido o último orador da reunião: “É que se tivesse algum excesso petista, eu o defenderia.”

Seguem-se os principais pontos do debate:

Empresa Cidadão – Palocci anunciou que o governo estuda a criação desse novo conceito de empresa, que vai ser mais simples do que o existente, para as microempresas. “O custo dessa empresa para a Receita Federal será zero”, disse. O objetivo é estimular o empreendedorismo e a formalização das empresas. Os empresários terão acesso ao microcrédito.

Crescimento – “Não precisa muito para o Brasil crescer

em 2004, mas precisamos ordenar o crescimento para os próximos anos”, disse. Esse ordenamento será dado pela chamada agenda microeconômica. “Acho que essa é toda a nossa pauta de 2004”, acrescentou. Ela envolve desde a aprovação da Lei de Falências e dos novos instrumentos de financiamento à construção civil, até a Lei de Inovação, cujo

objetivo é colocar universidades para gerar inovações para as empresas.

Pacto – Palocci disse que levará ao presidente Lula a proposta do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) de

promover um pacto para o crescimento. O senador disse que os projetos importantes para o crescimento do País não podem ficar paralisados no Congresso. Palocci concordou e disse que proporia a Lula um acordo para retomar o ímpeto de votação que permitiu a aprovação das reformas tributária e previdenciária.

Críticas à política econômica – “Triste do governo que não recebe esse tipo de pressão. Muitas vezes, quando isso acontece, é porque não tem governo”, disse. Ele afirmou que encara as críticas como um estímulo a que o governo faça mais e melhor. “Mas é importante que se verifique a distância entre a vontade e a realização desses objetivos.”

José Alencar – “É um homem que procura o crescimento econômico”, afirmou, lembrando que o vice-presidente sempre defendeu a responsabilidade fiscal, mas sempre insistiu na redução dos juros. “É preciso tratar isso de maneira serena”, disse. “Todos queremos mais crescimento.”

Cofins – O ministro informou que está estudando o efeito da mudança do cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre setores monofásicos. A indústria automobilística já foi atendida com alguns ajustes. Agora, analisa-se o caso de “alguns produtos do agro-negócio”, revelou o ministro. A Cofins foi um dos temas mais abordados pelos senadores.

**SENADORES
INSISTIRAM
EM DISCUTIR
A COFINS**